

BIBLIOTECA ESCOLAR E O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE): UM ESTUDO DA APROPRIAÇÃO DO ACERVO DOS LIVROS LITERÁRIOS

Darciene Barros Leão Cirino
Selma Martines Peres

Introdução:

Entendendo que através da leitura literária as habilidades de pensar, compreender, imaginar e ir além do texto, podem se tornar possíveis, pois o que caracteriza o texto dado como literário é justamente sua polissemia, suas lacunas a serem preenchidas pelo leitor (WALTY, 2006), é que a pesquisa em andamento se propõe em analisar e discutir a apropriação e uso dos livros literários disponibilizados pelo PNBE para a formação de alunos leitores. Na sociedade contemporânea, na qual a leitura é valorizada como estratégia fundamental para o homem compreender a realidade que o cerca de forma crítica, a literatura exerce papel fundamental.

Não queremos em nossas discussões dar um valor salvador à literatura. Nem tão pouco responsabilizá-la pelo suprimento dos déficits e dificuldades educacionais. Assim, o que se pretende, nesta discussão, é sinalizar para o uso proficiente da literatura na escola, a fim de aproximar e não de afastar o aluno da leitura (SOARES, 2006), pois, comungamos do posicionamento de que a leitura literária oportuniza interpretações e compreensões respaldadas em perspectivas sociais e culturais que abrangem diferentes temas e contextos sociais, com a expressão de valores, atitudes, dentre outros.

Brito (2012) afirma que o trabalho com a literatura na escola promove o senso crítico e novas aprendizagens ao aluno que ultrapassam a esfera do imediato. Segundo o autor, mais que desenvolver o gosto e o prazer pela leitura, o trabalho com a literatura tende a promover a própria construção de conhecimento. Desse modo, o texto literário, inserido na formação do leitor, o habilitará a analisar e avaliar conceitos, pontos de vistas e contextos atuais a partir das histórias escritas em outras épocas e também criticar suas próprias análises e as dos outros.

Ao se abordar especificamente a leitura e literatura, Soares (2006) afirma que o desenvolvimento e o gosto pela leitura tem sido comprometido pela inadequada escolarização da literatura. Para a autora, a determinação de leituras e livros, atividades de leitura e a realização de avaliação das leituras são algumas das situações que, ainda

hoje, estão presentes nas práticas escolares, e que, geralmente, não viabiliza a leitura na escola em termos qualitativos. A inadequação do emprego da literatura faz com que:

Distinguimos entre uma escolarização adequada e uma escolarização inadequada da literatura: adequada seria aquela escolarização que conduzisse eficazmente às práticas de leitura literária que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores próprios do ideal do leitor que se quer formar, inadequada é aquela escolarização que deturpa, falsifica, distorce a literatura, afastando, e não aproximando, o aluno das práticas de leitura literária, desenvolvendo nele resistência ou aversão ao livro e ao ler (SOARES, 2006, p. 47).

Soares (2006) afirma que a escolarização da literatura é inevitável, isto porque é a essência da escola instituir os saberes constituídos a partir da didatização e da pedagogização de conhecimentos e práticas escolares. Segundo ela, é necessário que se saiba ou se descubra práticas de leitura mais adequadas à escolarização da literatura por intermédio da consideração do meio social dos leitores.

Zilberman (2009) aponta caminhos importantes para a constituição do leitor literário, quando discute o papel da família e da escola neste contexto. Conforme endossa a autora, é papel da família trazer para casa livros e disponibilizá-los às crianças. Por outro lado, à escola cabe mimetizar situações individuais de leitura, como as que a criança experimenta quando utiliza livros de modo espontâneo e livre de pressões. Em consonância com esta ideia, Carvalho (2005, p.67) afirma que o gosto pela leitura se dá de diversas maneiras e pode ser aprendido na família, na escola ou em outros ambientes distintos. Assim afirma:

[...] algumas pessoas criam o gosto pela leitura pelo exemplo dos familiares, outras, por influência de professores ou por circunstâncias fortuitas de suas histórias de vida. No entanto, a formação de leitores em grande escala, só ocorrerá se houver uma política de leitura, traduzida na adequada formação de professores leitores, na oferta abundante de bons e variados materiais escritos, e na instalação de bibliotecas e salas de leitura bem equipadas, dinamizadas por bibliotecários.

Ao refletirmos sobre a biblioteca escolar e os profissionais que nela atuam, percebemos que muitas instituições do país nem sempre dispõem de espaços específicos e apropriados à leitura e, ainda, que raramente tem profissionais formados para atuar nas bibliotecas das escolas. Esta situação tem gerado dificuldades inerentes à própria formação de leitores. Pensar a leitura literária na escola e articulação com as políticas públicas de leitura possibilita refletir acerca de aproximação ou distanciamento entre

aluno, leitura e literatura. De modo evidente é necessário investir e qualificar todos mediadores de leitura para que possam contribuir com a formação de leitores críticos e proficientes. Nesse sentido, refletir sobre o PNBE, enquanto política pública de leitura implementada pelo governo federal, pode se configurar numa forma de se problematizar a relação leitura literária e escola principalmente quando se focaliza a biblioteca escolar e a formação de leitores.

Biblioteca Escolar no Brasil: contexto político e institucional

Desde 1994, na 1ª edição do livro “Miséria da Biblioteca Escolar”, Waldek Carneiro da Silva já denunciava a realidade das bibliotecas escolares seja pelo descaso sobre o espaço, seja pela ausência de políticas públicas voltadas para atender este espaço de formação, fundamental no ensino. Apesar de alguns avanços, e de se passarem vinte anos após esta denúncia do autor, a realidade apontada por Silva (1994), difere em apenas alguns aspectos da atual realidade do espaço destinado à leitura nas escolas.

De acordo com Campello (2010, p.127) a questão da biblioteca escolar, para muitos professores é um realidade utópica, visto que muitos convivem ainda hoje com espaços improvisados, com livros amontoados, que ficam nas mãos de professores readaptados, deslocados da função de regente de turma, por problemas de saúde, e que portanto, não disponibilizam de tempo e de formação adequada para executarem um trabalho de integração e de formação de leitores no espaço escolar.

A partir da década de 1990 e primeira década de 2000, observa-se de forma ainda tímida, a discussão a respeito da biblioteca escolar e sua importância na formação do aluno. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) em seu artigo 3º, inciso II, dos princípios e fins da Educação Nacional apontam de maneira indireta para a biblioteca escolar, no sentido em que a escola deve “promover a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (LDBN, 1996, p. 5), princípios que estão interligados com o objetivo da biblioteca escolar. De acordo com PCN Língua Portuguesa (1997, p. 58) para se formar o leitor é preciso condições favoráveis para a prática da leitura e a primeira dela é dispor de uma boa biblioteca na escola. Ressalta-se que atendendo a esta necessidade, em abril de 1997, o governo cria o

PNBE para atender o objetivo de promover a cultura e estimular a leitura de alunos e professores através da distribuição de acervos às escolas públicas do país.

Dados do Censo Nacional Escolar 2009, no entanto, revelam que a maioria das escolas públicas e privadas da educação básica brasileira, não possuem biblioteca escolar, pois de 152.251 escolas apenas 52.355 possuem bibliotecas contrastando com 99,8 mil escolas que não possuem bibliotecas escolares. Estes dados apontam que o município em que estamos desenvolvendo esta pesquisa, das trinta escolas do município de Ipameri – Goiás, apenas 13 possuem biblioteca escolar, e ainda sofrem alterações quando comparados com a realidade das escolas que denominam por biblioteca pequenos espaços destinados a leitura, em alguns casos, sem a presença de um profissional da biblioteca e sem controle de acervos e empréstimos.

Mesmo depois da Lei 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares até 2020, verifica-se que não houve grandes avanços a respeito da instituição de novas bibliotecas escolares, isto porque, percebe-se que a importância do papel da biblioteca escolar fica apenas à margem da estrutura física, e não avança no sentido da apropriação dos acervos que nela está disponível.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola e a formação de alunos leitores.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi instituído pela Portaria Ministerial n 584, de 28 de abril de 1997, é gerido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, ambos subordinados ao Ministério da Educação – MEC. O PNBE busca atingir seus objetivos por meio da distribuição anual de acervos de livros de leitura e material de apoio ao professor. A partir de 2008, passou a atender todos os níveis de escolaridade sendo que em 2009 determinou a distribuição em anos e séries. Em anos pares, o programa atende às séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano), Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, nos anos ímpares, atende aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio.

Ao longo de sua história, o PNBE veio se modificando e tentando adequar à realidade e às necessidades educacionais. Pesquisas, diagnósticos e estudos² referentes ao programa contribuíram para que este evoluísse na tentativa de ampliar o atendimento

e principalmente, alcançar seu objetivo de promover cultura e estimular a leitura de alunos e professores através da distribuição de acervos às escolas públicas de todo país.

Algumas destas mudanças merecem ser explicitadas para melhor compreensão. No ano de 2000, o PNBE atendeu a uma reivindicação pedagógica dos professores, e, no lugar das obras literárias, distribuiu acervos para a formação dos professores que beneficiou 18.718 escolas em todo país. Outra modalidade que merece destaque é a distribuição denominada Literatura em Minha Casa, que entre os anos 2001 a 2004, os acervos distribuídos contemplaram séries específicas com os kits distribuídos foram encaminhados aos alunos para que levassem para casa. O objetivo desta modalidade proposta é que os livros sendo de propriedade dos alunos, seriam compartilhados com a família e com sua comunidade, ampliando assim o acesso ao livro para aqueles que estariam fora da escola.

Segundo pesquisas realizadas, esta modalidade não funcionou, pois muitos destes kits não foram entregues aos alunos sob a justificativa, de que a maioria deles não daria valor a este material. Assim, em 2005, o PNBE volta a contemplar as escolas e as bibliotecas escolares, ganhando a cada ano amplitude e modalidades diversificadas, como, por exemplo, em 2009, com a mudança ortográfica, foram distribuídos 204.220 de unidades de dicionários (VOLP) além dos periódicos oferecidos para uso dos professores a partir de 2010. O quadro a seguir sintetiza as ações do PNBE desde sua criação até os dias atuais.

QUADRO 1 – HITÓRICO DO PNBE

ANO	PÚBLICO	ACERVOS	BENEFICIADOS
1998	Alunos de 1ª a 8ª série	Obras de literatura e livros para a qualificação de professores do Ensino Fundamental	Escolas públicas com mais de 500 alunos.
1999	Alunos de 1ª a 4ª série	Obras de literatura, sendo quatro obras voltadas para crianças com necessidades especiais.	Escolas públicas com mais de 150 alunos.
2000	Acervo do Professor	Obras vinculadas ao Programa Parâmetros em Ação para formação de professores (PCN, RECNEI, etc.)	Professores de 30.718 escolas em todo país.
2001 a 2004	Literatura em Minha Casa	Obras de literatura	Alunos da 4ª, 5ª 8ª séries, bibliotecas escolares e do professor e alunos da etapa final do EJA.
2005	Alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.
2006	Alunos das séries finais do Ensino Fundamental	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.
2007*	Não houve distribuição	-----	-----

2008	Alunos do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Ensino Médio.	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.
2009	Alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com séries contempladas,
2010	Alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano), Educação Infantil e EJA.	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.
2011	Alunos das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.
2012	Alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental Educação Infantil e EJA.	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.
2013	Alunos das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.
2014	Alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e EJA.	Obras de literatura	Todas as escolas públicas com as séries contempladas.

Fonte: <http://www.fn.de.gov.br/programas/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>.

*No ano de 2007, não houve distribuição. A partir deste ano a aquisição passa a atender o ano seguinte. Os livros adquiridos em 2007 são distribuídos em 2008 e assim sucessivamente.

A escolha do PNBE, como objeto de nosso estudo, partiu da inquietação de se perceber como as escolas e os mediadores da leitura (diretores, professores, bibliotecários) têm se apropriado do material disponibilizado por este programa. A relevância deste estudo se deve não apenas à importância das políticas públicas de leitura focada na compra e distribuição de livros para a formação de leitores na sociedade, mas pela possibilidade oferecida pelo PNBE que, se bem apropriado e utilizado, torna mais acessível o encontro entre aluno e literatura. De modo evidente é necessário investir e capacitar mediares da leitura, pois são eles que, de forma ímpar, contribuirão com este encontro e com a formação de leitores críticos e proficientes.

Desde a sua gênese, o PNBE tem se mantido como um programa de visibilidade ao incentivo à leitura no Brasil, pois como as próprias palavras de Soares (2008), “somos um país de poucas e precárias bibliotecas, numa realidade de livros caros para uma população na sua maioria pobre”. Como bem lembra Paiva (2012), cabe às instituições escolares garantir o acesso ao livro como bem cultural, mas não basta garantir o acesso, é preciso possibilitar o manuseio, a contemplação e a leitura significativa deste material. É necessário que os livros saiam das estantes, das prateleiras, dos armários e das caixas, para que se efetive o uso da literatura na formação de leitores.

Segundo Solé (1998), para que um indivíduo se torne um leitor autônomo e competente, é fundamental que receba auxílio e suporte de um leitor proficiente, de um mediador. Neste sentido, o mediador responsável por este processo necessita estar preparado para transmitir ao futuro leitor possibilidades de atividades de leitura prazerosa e com diferentes gêneros. A autora destaca que ler é um procedimento que precisa ser mostrado, ensinado para ser aprendido.

Relacionando o PNBE e a formação de leitores, apesar do programa já ter distribuído milhares de livros nestes anos de funcionamento, a maioria dos profissionais não conhecem, ou conhecem superficialmente o programa, “muitos não sabem seus objetivos, a forma como os livros foram escolhidos, sua qualidade, nem as possibilidades que eles oferecem” (MORAIS, 2012, p. 68). Nesta perspectiva, é que nossa pesquisa busca perceber, na prática, se os mediadores de leitura tem se apropriado deste material a fim de contribuir, por meio do uso consistente com a formação de leitores.

A Biblioteca Escolar e o PNBE na realidade das escolas pesquisadas

Equipar as escolas com um com acervo garante apenas a “materialidade” do livro (PAIVA, 2012), mas não garante a efetivação da leitura. É importante que os mediadores da leitura promovam ações que despertem nos alunos o gostar, a habilidade e o prazer pela leitura. É por meio do ato de fornecer instrumentos capazes de permitir que o aluno interaja com o livro que a escola corrobora para a formação de um leitor que gosta e que sabe fazer o uso do texto. Ao apresentar-se como um lugar de efetivo exercício da cidadania no sentido de possibilitar o acesso ao mundo das letras, a escola cumpre seu papel social e cultural.

Sabemos que sozinho, fechado ou guardado, o livro não atinge nenhum objetivo. Por isso, a apropriação e o uso efetivo do material PNBE se fazem necessários, pois podem contribuir com a formação de leitores dentro e fora da escola. Esta apropriação deve ser guiada pelo “caminho mais imediato para conhecer as apropriações dos alunos, é o da confiança dos leitores a respeito de seus modos de ler e dos sentidos que se descobre nos textos” (CHARTIER, 1996).

Para Chartier (2001) apropriar-se é fazer algo com o que se recebe no sentido da pluralidade de usos, da multiplicidade de interpretações, da diversidade dos textos, visto que a hermenêutica, enquanto arte de interpretar, possibilita ver este

fenômeno como universal e abstrato. Apropriar-se consiste na ideia daquilo que os indivíduos fazem com o que recebem, consistindo, pois, numa forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos.

Considerando o PNBE como um dos programas de maior visibilidade proposto pelo governo federal, o objetivo geral dessa pesquisa foi compreender a apropriação do PNBE pela escola para promover a formação de leitores no Ensino Fundamental. Escolhemos focar nossas observações em aulas de 5º Ano, partindo do entendimento que, sendo o último da primeira fase do ensino fundamental, nos possibilitaria maior visibilidade da formação do leitor, uma vez que nesta fase o aluno já dispõe de mais habilidades e independência para leitura, para tanto, a investigação abrangeu das seis escolas municipais do município que possuem o 5º ano, quatro escolas, das quais duas possuem o espaço destinado à biblioteca e duas não.

No intuito de responder ao problema e aos objetivos da investigação, a pesquisa se desenvolveu a partir de análise de documentos e pesquisa de campo, em que a metodologia adotada previu a leitura dos documentos oficiais do PNBE disponibilizados no site do MEC e FNDE, e a construção de dados em campo a partir de quatro etapas: observação e registro de diário de campo; entrevistas com diretores, professores, funcionários da biblioteca e um funcionário da secretaria municipal de Educação; Transcrição de entrevistas; análise de dados.

Os dados levantados durante a nossa pesquisa possibilitam inferir que Ipameri-GO, apresenta uma realidade de ausência ou inadequação dos espaços de bibliotecas nas escolas públicas municipais, haja vista o local destinado à guarda de livros funcionarem geralmente em pequenas salas das escolas. Os responsáveis pela biblioteca são professores em desvio de função, que por motivos de saúde, em readaptação, ou preste a aposentadoria, assume a atividade na biblioteca, mesmo sem formação.

Durante as observações percebemos que o uso da leitura literária, as atividades de leitura, assim como a utilização da Biblioteca Escolar, ou Sala de Leitura, é bastante incipiente, e mais que isso, que o tempo oferecido às crianças para utilizarem a biblioteca escolar é geralmente a hora do recreio com apenas quinze minutos. Estes dados encontrados na pesquisa mostram algumas nuances do cotidiano escolar e sua relação com a leitura. A organização do tempo escolar, por exemplo, parece refletir as opções políticas e pedagógicas da unidade escolar. Tempo de espera para a verificação

das tarefas, tempo para visitar a biblioteca escolar simultâneo aos “minutos” de recreio tão desejado pelos alunos. Como pensar a formação de leitores e de hábitos de leitura se não dispõe de tempo para ler e/ou para buscar o texto, o livro, o autor a ser lido? Como garantir o acesso aos livros distribuídos se os alunos sequer tem tempo para conhecer e tomar emprestado os livros, uma biblioteca que possam visitar e, ainda, um funcionário qualificado que apresente e empreste o material desejado?

A análise dos dados tem demonstrado que as escolas não cumprem um dos fins do PNBE, a *democratização do acesso*. Garantir o acesso às fontes implica pensar em estratégias que vão além da distribuição de acervos. Nesses termos, é preciso rever o conceito de acesso buscando uma visão mais ampla e inclusiva. A centralidade no livro didático observada nas práticas de leitura das escolas pesquisadas leva a afirmar, com respaldo em Lajolo (1988), que muitas vezes as atividades de leitura, principalmente as propostas nos livros didáticos, tem sido pretexto para trabalhar exercícios de interpretação, aumentar o vocabulário, fixar a norma culta e motivar a construção de redações. As atividades de leitura percebidas durante as observações nas escolas estavam sempre ligadas ou ao livro didático, ou ao preenchimento de fichas literárias, ou para execução de avaliações.

Para Arena (2009) a escola tem ensinado ao aluno apenas a ler e não a desenvolver uma atitude de leitor, isto porque é solicitado dele apenas a descrição do texto e não a atribuição de um sentido. Nas perspectivas apresentadas durante a realização das atividades, percebe-se que o leitor não dialoga com o texto, mas apenas fala sobre ele. Não é dada, ao aluno, a oportunidade de, conforme Ramos (2013), inserir-se no texto e fazer a (sua) leitura da obra, ou seja, construir sentidos a partir de suas vivências, significando o texto e a si mesmo a partir da leitura. Para a autora, estas atividades não revelam o encontro do leitor com o texto, pois ele apenas extrai informações explícitas no enredo, não indo além do que foi lido.

Considerações Finais:

A utilização do material do PNBE contribui para refletirmos sobre as palavras de Antônio Cândido (2004) ao afirmar que dentre tantos outros direitos, temos direito à literatura. Compreender o uso da literatura como ferramenta na formação de leitores é um passo importante a todos mediadores da leitura. Saber utilizar e conhecer diferentes estratégias possibilita despertar no aluno o desejo de ler e a capacidade de interagir e interpretar, de forma crítica, diante do mundo, dos fatos e da sociedade.

Entendemos que o trabalho com a leitura precisa ser ativo e contínuo na escola e também que viabilize a interação entre o aluno e a literatura. Ao possibilitar este encontro, a escola proporciona a leitura significativa que ultrapassa a mera decodificação. De acordo com Chartier (1998), ler não é repetir, é apropriar-se do inventar e produzir significados que contribuem de maneira única para a formação de um leitor crítico e competente para articular seus conhecimentos com o mundo das palavras.

A biblioteca escolar como um espaço importante para a formação de alunos leitores não foi perceptível durante a realização da pesquisa visto que, mesmo as duas escolas que disponibilizam deste espaço, não executam um trabalho que incentive a leitura, o empréstimo de livros, ou a divulgação do material e acervo que nela está disponibilizado. Esta realidade aponta para os vários motivos que vem dificultando a formação de novos leitores principalmente os leitores literários. O mal uso dos livros, as atividades inadequadas, a ausência de um espaço adequado à biblioteca escolar, a desarticulação entre biblioteca e sala de aula, a falta de formação de mediadores da leitura, a ausência de tempo destinado a leitura e a falta de conhecimento a respeito das políticas públicas de leitura que vigoram em nosso país, são alguns dos motivos que vem influenciado negativamente à formação de leitores.

A apropriação adequada dos acervos oferecidos às escolas através do PNBE, seria uma, das várias soluções que poderiam viabilizar a leitura na escola. Acreditamos que através do conhecimento, da apropriação e do uso adequado dos acervos desta política pública, a leitura, motivada por seus mediadores, poderia apresentar melhores resultados no contexto educacional no que concerne à formação de leitores. Assim, esperamos que a pesquisa em andamento possa contribuir com a discussão e a reflexão sobre a formação de leitores, principalmente literários, pois como afirma Lajolo (2009): “A literatura é um domínio especial de leitura”.

Referencias

ARENA, Dagoberto Buim. Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: SOUSA, Renata Junqueira de. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora Brasil, 1996.

BRASIL. **Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE)**. Ministério da Educação. Disponível em: Fonte: <http://www.fn.de.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>. Acesso 09/09/13.

BRASIL. **Lei 12.244 de 24 de maio de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ATO2007-2010/2010/lei/L12244.htm. Acesso em: 10/05/2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 1997.

BRITTO, L. P. L. **Inquietudes e Desacordos: a leitura além do óbvio**. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

BERENBLUM, A.; PAIVA, J. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. Proposições**, v.20, n.1, p. 173-188, 2009. Doi: 10.1590/SO103-73072009000100010.

CAMPELO, B. A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. In: PAIVA, Aparecida. MACIEL, Francisca. COSSON, Rildo. **Literatura: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

CHARTIER, R. As Revoluções da Leitura no Ocidente. In: **Histórias e Histórias da Leitura**. Márcia Abreu (org.) – Campinas – SP: Mercado de Letras, 2001.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador/ Roger Chartier**; Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

CHARTIER, R. (org.) **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CENSO 2009. **Total de escolas com e sem bibliotecas**. Disponível em: portal.mec.gov.br/indx.php?

COPPE, R. J.; SAVELI, E. L. Leitura no Brasil. Programas, Projetos e Campanhas. **Revista Leitura Crítica**. 2011. Disponível em: <http://www.leituracritica.com.br/rev10/julga/julga02.htm>. Acesso em 12/04/2013.

LAJOLO, M. Leitura e literatura na escola e na vida. In: **Programa Nacional de Incentivo à leitura (Brasil). Casa da Leitura, 2** – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: [ww.bn.br/proler/images/PDF/cursos2.pdf](http://www.bn.br/proler/images/PDF/cursos2.pdf). Acesso em 12 de dezembro de 2013.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado da Letras. 9 ed. 1988.

MORAIS, E. M. C. Forma-se leitores nas bibliotecas escolares? In: PAIVA, A. **Literatura fora da caixa: o PNBE na escola: distribuição, circulação e leitura.** Aparecida Paiva (org.) – São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PAIVA, A. **Literatura fora da caixa: o PNBE na escola: distribuição, circulação e leitura.** Aparecida Paiva (org.) – São Paulo: Editora UNESP, 2012.

RAMOS, Flávia Brocchetto. **Literatura na escola: da concepção à mediação do PNBE – Dados eletrônicos.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

SILVA, W.C. **Miséria da biblioteca escolar.** São Paulo: Cortez, 1994.

SOARES, M. A Escolarização da Literatura Infantil e Juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy (org.). **A Escolarização da Leitura Literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2002.

SOARES, M. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, Aparecida et al (org.). **Democratizando a Leitura: pesquisas e práticas.** Belo Horizonte: Autentica, 2008.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZILBERMAM, R. A Lição dos Leitores. In: **Programa Nacional de Incentivo à leitura (Brasil). Casa da Leitura, 2** – Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: ww.bn.br/proler/images/PDF/cursos2.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2013.

WALTY, I. L. C. Literatura e escola: anti - lições. In: EVANGELISTA, Aracy (org.). **A Escolarização da Leitura Literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.